

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**Ilmo(a). Sr(a). Pregoeiro(a)**



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022**

**SIMSAÚDE SERVIÇOS LTDA.**, regularmente inscrita CNPJ: 13.667.864/0001-03, com endereço à Rua Melchiori Milani, 168 – Centro, CEP 86.750-000, Iguaçu - PR por seu Representante Legal, vem tempestivamente, com fulcro na legislação pertinente, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com base nas razões que passa a expor.

**1 - DA TEMPESTIVIDADE**

Preliminarmente, é de assinalar que o presente recurso é tempestivo, desta feita, considerando ainda que houve tempestiva manifestação da intenção de recorrer, requer seja o presente Recurso Administrativo, recebido processado e provido, na forma da lei.

**2 - SÍNTESE DOS FATOS**

Esse documento foi assinado por ELOI BATISTA DA SILVA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse  
<https://assinador.onlinecertificadora.com.br/validate/PLU2Y-7284R-LHHYN-G7B3Y>



Em apertada síntese, trata-se de licitação realizada pelo **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**, nos termos do **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022**, a qual possui como objeto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE"**.

1.

Conforme Ata da sessão pública, após a inabilitação da primeira colocada, não foi observada a condição de ME/EPP das empresas subsequentes antes da abertura dos envelopes de habilitação, o que prejudicou a Recorrente que é EPP e tinha seu lance dentro da margem de 5% (cinco por cento) da empresa MEDPRIME, que não é beneficiária do previsto na LC 123/06, que prevê expressamente:

**Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.**

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º **Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.**

**Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:**

**I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;**

**II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;**

Note-se que, no caso do presente procedimento, oportunizar à melhor classificada que se posicione fora da margem ou que a EPP apresente proposta de preço inferior à vencedora, não se configura retorno de fase, mas, sim, aplicação de lei específica.

Esse documento foi assinado por ELOI BATISTA DA SILVA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse  
<https://assinador.onlinecertificadora.com.br/validate/PLU2Y-7284R-LHHYN-G7B3Y>





Note-se que, garantir às ME/EEPs os benefícios previstos na LC 123/06 não é uma escolha do condutor do certame, mas uma imposição legal que, se não observada, poderá provocar a nulidade de todo o procedimento licitatório.

Como bem ensina CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, a atividade administrativa deve não apenas ser exercida sem contraste com a lei, mas, inclusive, só pode ser exercida nos termos da autorização contida no sistema legal. (Curso de Direito Administrativo. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 76).

Por isso acertada é a conclusão do saudoso SEABRA FAGUNDES quando afirma que "administrar é aplicar a lei de ofício". (O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário. 5. ed. Forense, 1979, p. 4-5).

Em resumo: **o ato só pode ser realizado se expressamente previsto em lei como permitida ou obrigatória.** Não pode o certame afrontar a legalidade, princípio genérico direcionado a toda Administração Pública, também estará violando os princípios específicos que norteiam o procedimento licitatório.

O edital é um ato administrativo, portanto de inferior hierarquia em relação à LEI e à CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Assim, quando se diz que o edital é a "lei interna do certame", que o "edital vincula as partes" essa afirmativa somente é correta se o instrumento convocatório estiver em conformidade com a lei e a Constituição Federal, sob pena de subversão e inversão do sistema hierárquico existente entre as espécies normativas.

Deve se lembrar de que a relação da Administração com a lei não é uma relação de não contrariedade – como ocorre com o particular, mas uma relação de conformidade, uma relação de vinculação positiva à lei, motivo pelo qual a Administração só pode agir se existir uma lei autorizando ou determinando a conduta.

**Tem-se então como lógica a conclusão que não pode o ente administrativo desprezar os termos da própria Lei que rege o certame, como bem esclarece o Edital:**

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO, através de seu Pregoeiro, nomeado através da Portaria G.P. nº 04 de 06 de janeiro de 2022, de conformidade com os processos administrativos nº 9282/2021, comunica aos interessados que irá realizar PREGÃO do tipo menor Valor Global (LOTE ÚNICO), para registro de preço, com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, **Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006**, Decreto Municipal nº 1239 de 23 de abril de 2003, e 1738 de 13 de junho de 2007 e as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações, com as



*devidas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.*

Assim, mesmo o "princípio da vinculação ao instrumento convocatório", deve ser observado sob o manto do princípio da LEGALIDADE, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da IGUALDADE, IMPESSOALIDADE, PUBLICIDADE, MORALIDADE e PROIBIDADE ADMINISTRATIVA, que preceituam que o julgamento das concorrentes dentro da estrita legalidade.

Ou seja, medidas necessárias para o sucesso do procedimento licitatório não estão ao livre arbítrio da comissão, mas sim constitucionalmente direcionadas para condições que atendam aos princípios norteadores dos atos da administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade ou finalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade.

Quanto à necessidade de que o procedimento licitatório seja conduzido de forma estritamente legal e buscando meios legítimos para se atinja a finalidade do certame, a eminente Ministra Carmen Lúcia, do E. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, em artigo publicado na Revista de Informação Legislativa (v. 34, nº 136, out/dez 1997, p. 5-28), destaca que:

*O processo administrativo democrático não é senão o encontro da segurança jurídica justa. Ela é uma das formas de concretização do princípio da legitimidade do poder, à medida que se esclarecem e se afirmam os motivos das decisões administrativas. Tais decisões são questionadas e deslindadas no processo administrativo e, nessa sede, o poder no exercício do qual elas foram adotadas recebe a sua condição legítima própria. Quanto mais democrático for o processo administrativo, mais demonstrativo ele é da essência e prática do exercício do poder em determinado Estado.*

(...)

*É, pois, para a realização dos princípios democráticos legitimadores do exercício do poder que se põe o processo administrativo como instrumento de ação do agente público, gerando-se em sua base jurídica o conjunto elementar dos subprincípios que dão ao cidadão a segurança de aplicação eficiente do Direito justo.*





Como se vê, o prosseguimento do certame sem que se garanta à Recorrente, empresa de pequeno porte, com preço ofertado que se localiza da margem de 5% (cinco por cento) da empresa melhor classificada, que não está enquadrada como ME ou EPP, infringe a legalidade do certame e traz risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois consiste em injusta alteração do resultado do certame e favorecimento de participante em detrimento da Recorrente, o que certamente não é o almejado pela comissão de licitação.

Em suma, a resta demonstrado não foram observadas as exigências legais, mesmo o instrumento convocatório, o qual faz lei no certame, em desatendimento aos princípios da LEGALIDADE, RAZOABILIDADE, ISONOMIA, VINCULAÇÃO AO EDITAL E JULGAMENTO OBJETIVO.

#### DO PEDIDO

Para garantir o atendimento aos princípios norteadores dos procedimentos licitatórios, a empresa **RECORRENTE**, interpõe **RECURSO ADMINISTRATIVO**, requerendo seu provimento, para observar a aplicação dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, para fins de desempate e classificação do melhor lance.

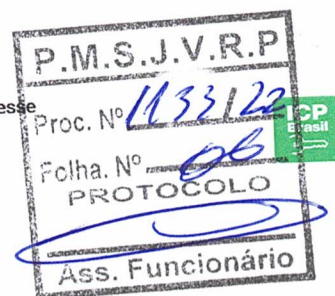
Por fim, destaca que o provimento do presente Recurso é medida de JUSTIÇA, e evitando assim medidas judiciais cabíveis ainda com pedido LIMINAR.

Termos em que pede deferimento.  
Londrina, 04 de fevereiro de 2022.

Assinado digitalmente por:  
ELOI BATISTA DA SILVA  
CPF: 013.505.292-06  
Data: 04/02/2022 16:25:01 -03:00

**SIMSAÚDE SERVIÇOS LTDA.**  
**CNPJ 13.667.864/0001-03**

Esse documento foi assinado por ELOI BATISTA DA SILVA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse  
<https://assinador.onlinecertificadora.com.br/validate/PLU2Y-7284R-LHHYN-G7B3Y>





## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: PLU2Y-7284R-LHHYN-G7B3Y

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

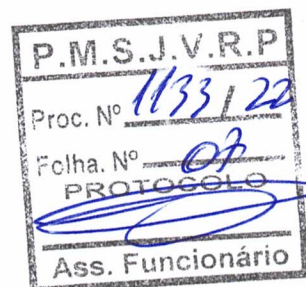
✓ ELOI BATISTA DA SILVA (CPF 013.505.292-06) em 04/02/2022 16:25

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.onlinecertificadora.com.br/validate/PLU2Y-7284R-LHHYN-G7B3Y>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.onlinecertificadora.com.br/validate>





# SIMSAÚDE

SERVIÇOS

CNPJ 13.667.864/0001-03

## PROCURAÇÃO

**PROPONENTE:** SIMSAUDE SERVICOS LTDA

**CNPJ:** 13.667.864/0001-03      **Inscrição Municipal:** 1992      **IE:** isento  
**ENDEREÇO:** Rua Melchiori Milani, nº. 168, Jardim Santana – Iguaçu / Paraná  
**TELEFONE:** (44) 3034-2669      **E-MAIL:** [simsaudeservicoss@gmail.com](mailto:simsaudeservicoss@gmail.com)

**PREFEITURA MUNIPAL DE SÃO JOSE DO VALE RIO PRETO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022**

Prezados senhores,

A Empresa **SIMSAUDE SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 13.667.864/0001-03, com sede na rua Melchiori Milani, nº. 168, Jardim Santana, no Município de Iguaçu- PR, por intermédio de seu Representante legal **Elói Batista Da Silva**, sócio administrador, portador do **RG 15.489.820-4** e inscrito no **CPF 013505292-06**, por este instrumento particular e na melhor forma de direito, a outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador, o outorgado **Jhoni Brochado dos Santos**, portador do **RG 20568966-4**, **CPF 120.134.707-62**, para o fim especial de promover a participação da outorgante em licitações públicas, concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas, fazer impugnações, reclamações, protestos e manifestar intenção de recursos, fazer novas propostas, rebaixar preços, conceder descontos, prestar caução, levantá-las, receber as importâncias caucionadas ou depositadas, transigir, desistir e praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato, constituir procurador com poderes 'ad judicia' e substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Iguaçu – PR, 04 de Fevereiro de 2022.

Assinado digitalmente por:  
ELOI BATISTA DA SILVA  
CPF: 013.505.292-06  
Data: 04/02/2022 16:49:21 -03:00

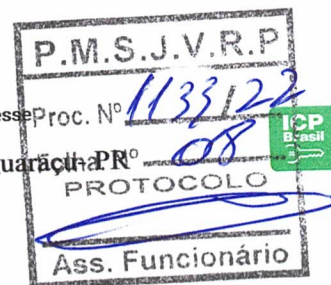
**ELOI BATISTA DA SILVA**

RG: 15.489.820-4

CPF: 013.505.292-06

Esse documento foi assinado por ELOI BATISTA DA SILVA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinador.onlinecertificadora.com.br/validate/P99K3-ELBNC-QX4TS-UTR69>

R. Melchiori Milani, nº. 168, Jardim Santana, no Município de Iguaçu-PR  
(44) 3034-2969 - [simsaudeservicoss@gmail.com](mailto:simsaudeservicoss@gmail.com)







## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: P99K3-ELBNC-QX4TS-UTR69

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ ELOI BATISTA DA SILVA (CPF 013.505.292-06) em 04/02/2022 16:49

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.onlinecertificadora.com.br/validate/P99K3-ELBNC-QX4TS-UTR69>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.onlinecertificadora.com.br/validate>